



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS SOCIAIS E APLICADAS
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA-PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOELMA FERREIRA DE SOUZA MARQUES

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A RELAÇÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

PATOS-PB

2017

JOELMA FERREIRA DE SOUZA MARQUES

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A RELAÇÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira.

PATOS -PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título,

M357p Marques, Joelma Ferreira de Souza.

O projeto político pedagógico e a relação democrática na escola [manuscrito] : / Joelma Ferreira de Souza Marques. - 2017.

19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Patos, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira, Coordenação do Curso de Matemática - CCEA."

1. Gestão democrática. 2. Proposta pedagógica. 3. Escola.

21. ed. CDD 375

JOELMA FERREIRA DE SOUZA MARQUES

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A RELAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

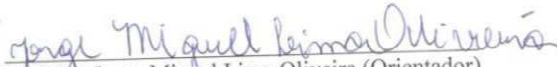
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR.

Área de concentração: Educação

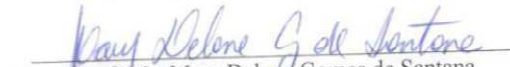
Orientador: Prof. Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira

Aprovada em: 25/11/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Eunice Ferreira Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Mary Delane Gomes de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por sua infinita bondade, por iluminar minha mente e meu caminho e por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades apresentada ao longo do curso.

Ao meu orientador Jorge Miguel Lima Oliveira, pelo suporte, correções e incentivos que me deu no período de orientação.

A todos os meus familiares por me apoiarem em todos os momentos da minha vida e a meu pai em especial por sempre acreditar em mim.

Aos meus filhos que abriram mão de minha presença em muitos momentos importantes da sua vida.

As escolas as quais realizei meus estágios supervisionados e que foram de suma importância para conclusão do curso.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A RELAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Joelma Ferreira de Souza Marques¹
Jorge Miguel Lima Oliveira²

RESUMO

A gestão democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social da comunidade escolar, sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. O presente trabalho consiste de uma revisão literária abordando os diversos aspectos do Projeto Político Pedagógico e da gestão democrática que elaborados a partir da realidade escolar, utilizando a autonomia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), fortalecendo a identidade da instituição, tendo como objetivo refletir sobre a necessidade de construção coletiva da proposta pedagógica escolar. Sabendo que a escola é formada de diferentes segmentos, cumpre o papel de construção coletiva visando sempre melhorar a prática educativa. O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a necessidade de construção coletiva da proposta pedagógica escolar partindo da necessidade do comprometimento de todos demonstrando a eficácia deste documento de forma democrática como o mesmo foi organizado, uma vez que o mesmo visa melhorar o trabalho em equipe, superando os conflitos e revendo as rotinas educacionais do processo ensino-aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua extensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades, converte-las em metas educacionais e concretas, a decidir o que fazer para alcançar a aprendizagem, a medir os resultados atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Palavras-chave: Gestão democrática. Proposta pedagógica. Escola.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 2. METODOLOGIA: O estágio como pesquisa..... | 11 |
| 3. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 13 |
| 3.1 Dirigentes escolares: o papel político pedagógico do gestor escolar..... | 15 |
| 3.2 A importância da família na construção da aprendizagem..... | 17 |
| RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 18 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 19 |
| REFERÊNCIAS | |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a educação vem se modernizando culturalmente e tecnologicamente para melhor atender as necessidades de ensino-aprendizagem nas escolas. A educação sozinha não anda e para existir de fato e de direito precisa está amparada pela lei. Dentre outros documentos estar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que no artigo 14º, apresenta possibilidades de se adotar a gestão democrática através da participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local através da elaboração coletiva do projeto pedagógico da escola e envolvimento em conselhos escolares ou outras instâncias decisivas da instituição.

O novo modelo de educação se faz necessário à elaboração de um plano pedagógico, e para o mesmo ter êxito, todos que fazem parte da comunidade escolar precisam colaborar com a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), uma vez que o mesmo serve como ferramenta instrumental de reflexão sobre as ações sociais e pedagógicas da instituição de ensino.

Ao se construir um PPP, deve-se ter em consideração o bem estar de todos e as viabilidades que cada um colaborador tem a dá para o sucesso desse projeto, porque ele é um norteador de ações, o mesmo não significa que dará certo ou errado, que os objetivos traçados serão alcançados e que o sucesso de um ano trabalhado sirva de padrão para os anos subseqüentes, porém ele traz uma perspectiva positiva para se colocar em prática a democracia dentro do ambiente escolar prevista por a lei de diretrizes e da educação e a participação coletiva na elaboração do elemento norteador das práticas dentro da instituição.

E por se tratar de mudanças ativas e coletivas é necessário que a gestão seja democrática e mantenha-se sempre em união com os seus colaboradores, focando na função social como instituição escolar que visa em formar cidadãos críticos e responsáveis para a sociedade.

A ação do diretor escolar será tão limitada quanto limitada for sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola.

Não cabe mais nos dias atuais uma gestão sem participação da comunidade escolar, a participação efetiva e organização nos vários segmentos educativos de todos em ambos os aspectos só será bem sucedido quando todos puderem elaborar seu plano de gestão, com isso a gestão democrática abre abas para se questionar e buscar solucionar os pontos positivos e negativos dessa comunidade. Essa concepção se constrói a partir do desenvolvimento de referencial de fundamentos legais e conceituais que embasem e norteiem o seu trabalho.

Conhecer, compreender e incorporar em suas ações os fundamentos e princípios da educação, assim como as determinações legais norteadoras dos processos educacionais constitui-se, portanto, uma das primeiras e contínuas preocupações do diretor escolar na busca de realizar um bom trabalho, no sentido de liderar e orientar sua escola para que melhor e com competência sempre maior desempenhe o seu papel social, realizando seus objetivos educacionais (Heloísa Lück., 2009).

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a necessidade de construção coletiva da proposta pedagógica escolar partindo da necessidade do comprometimento de todos demonstrando a eficácia deste documento de forma democrática como o mesmo foi organizado, uma vez que o mesmo visa melhorar o trabalho em equipe, superando os conflitos e revendo as rotinas educacionais do processo ensino-aprendizagem.

2. METODOLOGIA: O estágio como pesquisa

Os procedimentos metodológicos necessários à realização deste trabalho partem da abordagem feita no estágio supervisionado de gestão, onde se objetivou a compreensão efetiva e o processo de gestão democrática na construção do projeto político pedagógico como ferramenta norteadora das ações pedagógicas para o trabalho coletivo da instituição.

A experiência que me foi proporcionada pelo estágio serviu para fomentar cada vez mais o significado da minha formação como profissional da área da educação, serviu também para completar a minha formação acadêmica e me ministrou meios para atuar de forma democrática e transformadora. Além disso, o estágio em gestão me proporcionou a oportunidade de observar e compreender como se dá o funcionamento da escola como um todo e que o papel do gestor é de suma importância norteadora nas atividades educacionais, na forma de direcionar e organizar os trabalhos pedagógicos e no equilíbrio entre o Projeto Político Pedagógico e a gestão.

O estágio é um processo de aprendizagem indispensável para um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios de sua formação. O estágio supervisionado visa fortalecer teoria e prática, baseado nos princípios metodológicos, permitindo uma visão ampla da parte organizadora, promovendo a observação e compreensão da estrutura escolar quanto aos aspectos de administração, planejamento e execução do trabalho realizado pelo gestor junto à comunidade e o Projeto Político Pedagógico.

No decorrer dos anos surgiram diferentes sentidos de estágio. Pimenta e Lima (2004) descrevem os caminhos que o estágio supervisionado teve ao longo do tempo. O estágio como componente curricular visa superar a tradicional visão redutora de prática instrumental, ampliando-a para espaço de aprendizagem da profissão na formação inicial e atividade de pesquisa. Entretanto, essa perspectiva de estágio não tem sido comum à

maioria dos cursos de formação, que ainda insistem no reducionismo do estágio à técnica instrumental, resultando no empobrecimento e na dissociação entre teoria e prática.

O estágio em gestão escolar é de suma importância para a formação do profissional que atuará na educação básica uma vez é um processo de aprendizagem necessário a um profissional que deseja realmente estar preparado para enfrentar os desafios de uma carreira que propicia à verdadeira união entre a teoria e a prática, mesmo assim, é complexo determinar o quanto o graduando pode aprender com as experiências vivenciadas na disciplina em gestão e no estágio supervisionado na escola.

O estágio em gestão escolar teve início no dia 30 de abril de 2016, com término previsto para 30 de julho de 2016, com um total previsto de 100 horas e foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Expedito Eduardo de Oliveira, localizada a Rua Antônio Felix, S/N, bairro Vitória, Patos - PB. Também são relatados dados da escola-campo, tais como: caracterização, modelo de gestão e atividades desenvolvidas durante o estágio.

A temática abordada no projeto de intervenção refere-se ao Plano de Ação Escolar, um dos assuntos sugeridos pela gestão, supervisão e docentes da escola a qual estagiamos, percebeu-se a necessidade dessa temática, devido aos projetos educativos realizados na escola, onde muitas vezes não existia a participação integradora de todos, vindo a dificultar articulação e os anseios da comunidade escolar.

Este estudo trata-se a princípio de uma pesquisa exploratória, onde segundo GIL 2008, permite proporcionar uma maior familiaridade com o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente a pesquisa exploratória assume a forma de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso.

Sendo assim e partir do levantamento de fontes feitas em livros, documentos orientadores, sites de pesquisas científicas como o Scientific Eletronic Library Online Brasil (Scielo), principalmente em documentos publicados entre os anos 2000 e 2017, pode-se também caracterizar essa pesquisa como uma pesquisa de levantamento

bibliográfico que como trata GIL 2008, é desenvolvida com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola.

A Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece como modelo de gestão para as escolas públicas de educação básica a gestão democrática, referenciada na Constituição Federal de 1998 que, no artigo 206, indica os princípios pelos quais a educação nacional deve se orientar:

Igualdade de condições para o acesso a permanência na escola;
Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade.

O processo de gestão democrática ainda se caracteriza desafiadora na hora de praticá-la, mesmo as instituições sendo formada por profissionais da educação, ainda caminha a passos lentos esse modelo de gestão nas escolas públicas.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Nesse sentido, para a efetivação da gestão democrática na escola, devem ser observados os seguintes pontos básicos: os mecanismos de participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público. Oportunizar condições para os alunos, famílias e demais integrantes da comunidade participarem do cotidiano escolar nas suas variadas e múltiplas dimensões, é atribuição de uma gestão escolar considerada eficiente.

As dimensões de organização dizem respeito a todas aquelas que tenham por objetivo a preparação, a ordenação, a provisão de recursos, a sistematização e a retroalimentação do trabalho a ser realizado. Elas objetivam garantir uma estrutura básica necessária para a implementação dos objetivos educacionais e da gestão escolar. Elas diretamente não promovem os resultados desejados, mas são imprescindíveis para que as dimensões capazes de fazê-lo sejam realizadas de maneira mais efetiva (Lück, 2008).

Essa dimensão foca na parte conceitual e fundamentada da educação e gestão escolar, voltada para aprendizagem dos alunos e o bem estar de todos que compõe esse quadro educativo. Ela visa um trabalho coletivo com liderança educacional e flexibilidade, mas isso não impede autonomia quando for necessário. O apoio a comunidade e participação dos pais no âmbito escolar também são de suma importância para o processo e progresso do ensino-aprendizagem.

As dimensões de implementação são aquelas desempenhadas com a finalidade de promover diretamente mudanças e transformações no contexto escolar. Elas se propõem a promover transformações das práticas educacionais, de modo a ampliar e melhorar o seu alcance educacional (Lück, 2008).

Essa dimensão foca a promoção com qualidade dos alunos no processo ensino aprendizagem, onde a colaboração de todos que formam esse processo seja de comprometimento com a educação e a cultura escolar vivenciada por todos desse meio, de uma forma democrática e participativa.

3.1 Dirigentes escolares: o papel político pedagógico do gestor escolar.

A gestão democrática tem que proporcionar interação no ambiente de trabalho, onde todos têm deveres, mas, tem que conhecerem seus direitos para poder agir com autonomia e colaboração no processo do ensino aprendizagem. Nesse modelo a autonomia não cabe só ao gestor e sim a toda comunidade escolar, uma vez que todos devem contribuir para o bom andamento da instituição enquanto formadora de cidadãos conscientes e comprometidos com a educação/ensino. Sendo assim, podemos perceber que uma gestão democrática tem que ter a participação ativa de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

“As discussões acerca das modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil vêm, a partir da década de 1980, adquirindo papel significativo nos estudos realizados pelos pesquisadores interessados na democratização da educação e da escola. Entre esses estudos, situam-se aquelas abordagens que indicam que a modalidade de escolha influencia no processo de democratização da gestão escolar.” (BRASIL 2004).

Em relação à escolha de diretores, as formas ou propostas mais usuais na gestão das escolas públicas têm sido: a) diretor livremente indicado pelos poderes públicos; b) diretor de carreira; c) diretor aprovado em concurso público; d) diretor indicado por listas tríplexes ou sêxtuplas ou processos mistos; e) eleição direta para diretor.

Ao analisar as modalidades, podemos afirmar que a livre indicação dos diretores escolares pelos poderes públicos se identificava com as formas mais usuais de clientelismo. O critério de escolha era o favorecimento, sem considerar a competência ou o respaldo da comunidade escolar. Essa lógica eliminava qualquer candidato que se opusesse à força do prefeito ou governador. Permitia a transformação da escola em espaço instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do Estado na gestão escolar.

A ideia básica é a da gestão como um processo de idas e vindas, construído por meio da articulação entre os diferentes atores, que vão tecendo a feição que esse processo

vai assumindo. A gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletivos.

Dessa forma, quaisquer políticas direcionadas para a democratização das relações escolares devem considerar o contexto em que elas se inserem. As necessidades daí decorrentes e as condições objetivas em que elas se efetivam serão o diferencial no processo de gestão que se quer efetivar. Quanto maior a participação, maiores são as possibilidades de acerto nas decisões a serem tomadas e efetivadas na escola.

Ao discutir sobre a unidade escolar, Silva (1996) recomenda duvidar das intenções declaradas ou avaliações feitas por aqueles que dirigem o sistema, distantes que estão da realidade da escola, pois, para compreender o seu funcionamento, é essencial que se veja o que concretamente acontece na unidade escolar. Sendo assim, para que haja mudanças significativas no ensino, é fundamental que a escola constitua-se “no lugar estratégico de mudança do sistema escolar”, à medida que esse é o local onde se concretiza o que é planejado globalmente para o ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, ele enfatiza que a unidade escolar é o lugar onde se concretiza o objetivo máximo do sistema escolar, ou seja, o atendimento direto de seus usuários nas relações de ensino e aprendizagem. É nela que as metas governamentais são atingidas ou não, e que as políticas educacionais se realizam tal como o previsto ou sofrem distorções.

As escolas e os sistemas de ensino precisam criar mecanismos para garantir a participação da comunidade escolar no processo de organização e gestão dessas instâncias educativas.

A participação só será efetiva se os agentes que compõem a comunidade escolar conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário vigente.

3.2 A importância da família na construção da aprendizagem

A escola não educa sozinha, a educação é o processo contínuo, onde família e escola precisam estar unidas para alcançar o objetivo maior da educação que é a criação de possibilidades voltadas ao ensino – aprendizagem do aluno. Família e escola precisam atuar em conjunto num só objetivo: formar uma pessoa completa, desenvolvendo todas as suas capacidades (RAMAL, 2011).

Escola e família devem caminhar juntas nesse processo, pois escola e família devem ser aliadas e não contraditórias as práticas educacionais, agindo assim, só quem tem a ganhar é o aluno, porque quando a família se ausenta da escola, de certa forma o filho também perde a motivação pela mesma e com isso a aprendizagem fica comprometida ou muitas vezes não é alcançada.

Na perspectiva de uma educação inovadora e crítica, se quisermos atrair os alunos para dentro das escolas como também as famílias, têm que se atuar dentro das leis curricular e na comunicação do novo modelo educacional e tecnológico, tem que construir uma escola cativante e ligada ao seu tempo, para isso será preciso uma proposta pedagógica abrangente a diversidade e sem fronteiras, que atinja todas as esferas do processo ensino aprendizagem.

Ao desempenhar suas funções, dentre as quais a socialização da criança, a família estabelece uma estrutura mínima de atividades e relações em que os papéis de mãe, pai, filho, irmão, esposa, marido e outros são evidenciados. Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. A família é o âmbito em que a criança vive suas maiores sensações de alegria, felicidade, prazer e amor, o campo de ação no qual experimenta tristezas, desencontros, brigas, ciúmes, medos e ódios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que propicia a organização e a participação da comunidade escolar. Por meio de sua construção se busca, de forma coletiva e democrática, a discussão dos problemas da escola e suas possíveis soluções. Isso é imprescindível para que cada unidade escolar levante suas dificuldades e potencialidades discutam seus problemas e procure soluções dentro de sua realidade.

A participação da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do PPP é determinada pela lei que define o modelo de gestão democrática para as escolas públicas de educação básica. Contudo, a gestão democrática, embora já tenha sido incorporada teoricamente por grande parte dos profissionais da educação, ainda não se constitui uma práxis. O processo de gestão democrática ainda se constitui mais como um desafio do que prática, ainda caminha a passos lentos nas escolas públicas, que sentem grande dificuldade de fazer com que a proposta da escola venha a ser efetivamente o norteador das ações pedagógicas. E não se pode pensar em uma escola que busque a qualidade de ensino sem que construa e vivencie coletivamente o Projeto Político-Pedagógico.

O que se verificou no presente estudo é que, no cotidiano escolar, não se desenvolve uma cultura que compreenda o Projeto Político Pedagógico como um momento de pensar coletivamente no que se vai fazer, na intencionalidade, que tipo de aluno e de saberes se quer trabalhar.

Na realidade, verificou-se que a concepção e a prática – as dimensões básicas da racionalidade, que integram o pensar e o fazer, isto é, o representar e o agir – são dicotomizadas. Quebrar as barreiras que se interpõem na participação coletiva pode ajudar na tão sonhada autonomia que a escola busca e que pode ser conquistada com a gestão democrática, pois ela é a nova forma de gerenciar a educação, deixando para trás o autoritarismo que predominava na época do governo militar e que até hoje interfere diretamente na forma de pensar e agir de algumas pessoas. Implantar esse novo modo de

gestão baseado na participação é essencial à prática educacional, para que se valorizem as potencialidades da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a respeito da elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico demonstraram o quanto é importante que seja desenvolvido um esforço coletivo no ambiente escolar para que a reflexão e o diálogo permanente sejam incorporados nas ações propostas. E que a avaliação seja incorporada no processo para que os objetivos sejam alcançados, especialmente aqueles que garantam a aprendizagens dos estudantes, razão central de todo o esforço empreendido pela comunidade escolar.

A gestão participativa possibilita a descentralização das ações empreendidas na escola e a ampliação dos espaços de autonomia pela instituição, por intermédio da participação responsável e efetiva de todos os segmentos, com vistas ao alcance de objetivos comuns. Na construção do projeto político pedagógico todos devem ter a oportunidade de explicitar seus propósitos, propor metas e objetivos, vislumbrando caminhos para melhorar a atuação da escola.

Tudo isto levando em consideração as práticas e as necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do sistema de ensino no qual a escola esteja inserida. O Projeto Político Pedagógico é o principal fruto do planejamento coletivo e pode ser revelador da ousadia da escola em assumir a sua autogestão. Envolve processos de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. Segundo Vasconcellos (1995, p. 143) é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa.

É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição. O Projeto Político Pedagógico constrói e reconstrói toda a história da

comunidade escolar, por essa razão ele é um instrumento dinâmico que contribui de forma significativa para um repensar, reavaliar e reestruturar as ações pedagógicas e administrativas que ocorrem no interior da escola, bem como sua relação com a comunidade e todo o contexto social. E por esse motivo ele nunca estará acabado, nunca será definitivo. Deverá sempre ser objetivo de reflexões e ajustes. Ao mesmo tempo em que se constitui na identidade da escola, é também inspiração permanente para as mudanças.

ABSTRACT

The democratic management is based on the coordination of attitudes and actions that propose the social participation of the school community, active subject in the whole process of the management, participating in all the decisions of the school. The present work consists of a literary revision approaching the different aspects of the Political Pedagogical Project and democratic management that elaborated from the school reality, using the autonomy foreseen in the Law of Directives and Bases of the National Education (LDB) n ° 9.394 / 96 (BRAZIL, 1996), strengthening the institution's identity, aiming to reflect on the need for collective construction of the school pedagogical proposal. Knowing that the school is formed of different segments, it fulfills the role of collective construction aiming always to improve the educational practice. The objective of the present work is to reflect on the need for collective construction of the school pedagogical proposal based on the need of the commitment of all, demonstrating the effectiveness of this document in a democratic way as it was organized, since it aims at improving the work in team, overcoming conflicts and reviewing the educational routines of the teaching-learning process. The Political Pedagogical Project sees the school as a whole in its strategic perspective, not only in its pedagogical extension. It is a managerial tool that helps the school to define its priorities, converts them into educational and concrete goals, decides what to do to achieve learning, measure the results achieved and evaluate one's performance.

Keywords: Democratic management. Pedagogical proposal. School.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. Brasília, 1996. BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretária de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. O projeto político pedagógico: um processo de planejamento coletivo. In: Revista Educação e Cidadania, Campinas, SP, 2001, vol. 1, nº 2, p. 139-149.

_____. Do Autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa: história e gestão educacional. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2003.

FERREIRA, F. W. Planejamento sim e não: Um modo de agir num mundo em permanente mudança. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 2ª ed. São Paulo: Graal, 1992.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para todos, vol. 1. Anais. Brasília: MEC, 1994. GADOTTI, M.& Romão, J. E. Autonomia da escola: princípios e propostas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 4 ed. Goiânia Alternativa, 2001. LÜCK, Heloísa et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

_____. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: Ferreira, N. S. C.(org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

MENEZES, Mindé Badauy de; RAMOS, Wilsa Maria. O sistema educacional no Brasil. In: Guia de Estudo - 2 ed. Brasília; MEC. FUNDESCOLA, 2000. (Coleção Magistério; mód. II, unid. 2 e 3- PROFORMAÇÃO).

NASCIMENTO, Ivânia dos Santos; OLIVEIRA Edna Pedroza Quintão de; BRAGA, Elma Janete Bormann. Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal de Educação Infantil – Pré- Escolar I, II, III e Ensino Fundamental – 1ª a 4ª séries. Guajará-Mirim, 2006.

PADILHA, P. R. Planejamento dialógico – como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire 2001. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001 119p.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (orgs.). Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo. 36 ed. Campinas, SP: Autores Associados 2003. SETUBAL, Maria Alice, et al. Avaliação e aprendizagem.

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisa em Educação Cultura e Ação Comunitária, In: Raízes e Asas, n, 8, pp. 3-23 (s/d). _____.Trabalho Coletivo na Escola, CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisa em Educação Cultura e Ação Comunitária, In: Raízes e Asas, n, 3, pp. 1-26 (s/d).

SOUZA, José Vieira de; CORRÊA Juliane. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: DAVIS, Cláudia (et al) (Org.). Gestão da Escola Desafios a Enfrentar. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político - Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível - Campinas, SP: Papirus, 1995- 10 ed., 2000.